

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2022

ALIANÇA
A nova geração de energia

SUMÁRIO

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	5
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
1 Contexto operacional	17
2 Base de preparação e apresentação	18
3 Caixa e equivalentes de caixa	20
4 Aplicações financeiras	20
5 Contas a receber	21
6 Investimento	22
7 Imobilizado	24
8 Intangível	28
9 Fornecedores	31
10 Tributos a recolher sobre o lucro	31
11 Concessões a pagar	33
12 Financiamentos e debêntures	34
13 Provisão para compromissos futuros	37
14 Processos judiciais	38
15 Patrimônio líquido	42
16 Receita líquida	43
17 Custos e despesas operacionais	45
18 Receitas e despesas financeiras	46
19 Transações com partes relacionadas	46
20 Instrumentos financeiros	47
21 Cobertura de seguros	54
22 Compromissos	54
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	55
24 Eventos subsequentes	55

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em 2022 alcançamos resultados consistentes, que evidenciaram o nosso compromisso com a eficiência operacional, a geração de valor e a sustentabilidade da Aliança Energia.

A geração de energia elétrica de nossas usinas em operação registrou 4.615 Gigawatts-hora (GWh) no ano de 2022, sendo 4.153 GWh provenientes dos ativos hídricos e 462 GWh dos ativos eólicos.

Em consonância com nosso principal valor, “A vida em primeiro lugar”, impulsionamos ainda mais a cultura de Saúde & Segurança na Companhia e mantivemos o monitoramento criterioso das nossas barragens e demais ativos.

Concluimos importantes investimentos com foco na melhoria constante, preservação e modernização dos nossos ativos, quais sejam: (i) a modernização total da Usina de Porto Estrela; (ii) a modernização de uma das unidades geradoras da Usina de Funil; (iii) a modernização dos reguladores de velocidade e tensão da Usina de Aimorés e (iv) a implantação de sistemas de monitoramento de vibração em todos os 47 aerogeradores do Complexo Eólico Santo Inácio – CESI; e (v) implantação de sistemas de monitoramento de vibração em todas unidades geradoras das usinas de Funil e Aimorés.

Importantíssimo destacar o êxito obtido no enchimento do reservatório da UHE Risoleta Neves do Consórcio Candonga, marco essencial para o retorno operacional da usina, após execução de robusto projeto de reabilitação das unidades geradoras.

Concluimos, ainda, a implantação da Usina Eólica de Gravier, localizada no Ceará, que contribuiu com um acréscimo de 71,4 MW em capacidade instalada ao portfólio da Aliança, com investimento aproximado de R\$420 milhões.

Em relação ao Projeto Eólico Acauã, localizado no Rio Grande do Norte, destacamos a conclusão da Subestação elevatória, da Linha de Transmissão de 230 kV, de todas as fundações e do início de montagem das torres dos aerogeradores. O Projeto Eólico Acauã contribuirá com 109,2 MW em capacidade instalada à Aliança e tem investimento total previsto de aproximadamente R\$730 milhões.

Adicionalmente, recebemos a liberação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a entrada em operação comercial da primeira fase da usina fotovoltaica Flor de Mandacaru, somando 1 MWp em capacidade. A usina Flor de Mandacaru é uma usina solar conectada na rede básica, que compartilha a infraestrutura da rede elétrica de transmissão e conexão ao SIN (Sistema Interligado Nacional) com o Parque Eólico Santo Inácio, também da Aliança e faz parte do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL.

Na busca da excelência em relação à Gestão de Pessoas, comemoramos o prêmio *Great Place to Work* (GPTW), que avaliou aspectos relacionados à qualidade do ambiente de trabalho, práticas culturais e percepções de nossos colaboradores sobre a Companhia. No ranking nacional, conquistamos o 23º lugar do segmento de indústrias, dentre mais de 300 empresas participantes. Já no ranking estadual, ocupamos o 12º lugar no segmento de médias empresas (100 a 999 funcionários) de Minas Gerais, dentre mais de 180 participantes. Esse resultado muito nos orgulha e confere a cada um de nossos funcionários a participação em uma organização que tem a chancela de uma das melhores instituições nacionais a se trabalhar.

Na área social, aumentamos de 19% para 81% o investimento social em projetos locais com recurso incentivado por meio da Lei de Incentivo ao Esporte e da Lei de Incentivo à Cultura. Além disso, destinamos recursos para o Fundo da Infância e Fundo do Idoso, contemplando ao todo 8 municípios (Aimorés, Resplendor, Itueta, Lavras, Icapuí, São Vicente, Lagoa Nova e Santana do Matos) e nos 3 estados (Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Norte) onde atuamos.

Na educação ambiental, nossa atuação alcançou mais de 3.500 crianças e adolescentes. Também foram beneficiadas diretamente 91 famílias por meio de nosso projeto de geração de renda. De forma a cancelar a nossa agenda ESG, obtivemos a certificação de título verde para os papéis da 5ª Emissão de Debêntures da Aliança, por meio de parecer independente da certificadora Sitawi Finanças do Bem, e de título climático pela agência internacional *Climate Bonds Initiative* (CBI).

Do ponto de vista dos resultados econômico-financeiros, alcançamos a receita líquida de R\$1,2 bilhão em 2022, um aumento de 9% em relação a 2021. A geração caixa operacional, medida pelo EBITDA, registrou R\$630 milhões, equivalente a uma margem EBITDA de 53% e um crescimento de 4% em relação ao ano anterior, ajustados os efeitos não

recorrentes de 2021. O lucro líquido alcançou R\$282 milhões, 4,6% acima do resultado ajustado do ano de 2021. O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no final do período alcançou o nível de R\$518 milhões, evidenciando a robustez financeira da Aliança, chancelada pela nota máxima de classificação de risco de crédito (*rating* local), atribuída pela agência Fitch Ratings.

Os resultados positivos reforçam o foco na Aliança em gerar valor aos acionistas e demais públicos de relacionamento, com foco em rentabilidade e sustentabilidade empresarial.

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretora de Comercialização e de Engenharia

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operação



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana

Veja as notas nº 2.5.d e nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria

O balanço patrimonial individual e consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 1.293.936 e R\$ 2.780.142 mil respectivamente, dos quais, R\$ 65.523 mil referem-se à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (“Usina”), por meio do Consórcio Candonga tanto no individual quanto no consolidado. A Companhia e suas controladas efetuam a análise do valor recuperável do ativo imobilizado quando há indícios de que o seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil.

Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG, a Usina teve suas operações interrompidas desde novembro/2015, o que representa um indicador de que os ativos possam estar desvalorizados. Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável dos ativos.

Devido a relevância dos saldos e que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações

Como auditoria endereçou esse assunto

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves que foi utilizado para análise e determinação do valor recuperável dos ativos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis do setor de geração de energia, com o desempenho efetivo de outras usinas do grupo e com dados históricos. Realizamos também a análise de sensibilidade, bem como o recálculo do valor em uso. Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

- Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	
---	--

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 10 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	422.189	274.232	491.003	378.108
Aplicações financeiras	4	26.372	140.378	27.122	166.541
Contas a receber	5	119.567	105.166	132.527	119.406
Estoques		10.765	11.610	11.492	12.696
Tributos a recuperar		4.713	39.893	10.585	44.458
Dividendos a receber	19	34.723	7.305	-	-
Outros valores a receber		10.530	5.912	10.253	6.551
Total do ativo circulante		628.859	584.496	682.982	727.760
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	13.697	12.401
Tributos a recuperar		-	-	4.318	3.496
Depósitos vinculados a litígios	14.b	6.078	7.086	6.089	7.096
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	156.212	148.922	156.212	148.922
Outros valores a receber		12.814	22.850	12.814	22.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	606	-
Investimento	6	1.344.651	1.077.079	-	-
Imobilizado	7	1.293.936	1.341.320	2.780.142	2.466.671
Intangível	8	657.734	671.359	690.357	702.808
Total do ativo não circulante		3.471.425	3.268.616	3.664.235	3.364.245
Total do ativo		4.100.284	3.853.112	4.347.217	4.092.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	52.995	57.943	76.001	69.538
Salários e encargos a pagar		13.637	12.457	13.637	12.458
Tributos e contribuições sociais a recolher		7.774	6.375	9.185	7.960
Tributos a recolher sobre o lucro	10	7.780	-	12.296	1.718
Concessões a pagar	11	41.047	32.013	41.047	32.013
Financiamentos e debêntures	12	134.435	90.427	145.861	101.306
Arrendamentos		1.434	1.454	2.603	2.517
Encargos regulatórios a recolher		6.884	5.921	6.912	5.951
Provisão para compromissos futuros	13	14.997	18.217	15.997	18.661
Dividendos a pagar	15.a	281.409	505.836	281.409	505.836
Outros passivos		10.258	3.786	10.287	3.784
Total do passivo circulante		572.650	734.429	615.235	761.742
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	234.639	250.274	234.639	250.274
Financiamentos e debêntures	12	710.257	514.096	887.619	700.351
Arrendamentos		2.635	2.741	15.859	14.894
Encargos regulatórios a recolher		8.929	28.699	8.929	28.699
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	279.014	240.323	279.014	239.828
Provisão para compromissos futuros	13	89.423	67.388	103.185	81.055
Provisões para processos judiciais	14	163.748	157.257	163.748	157.257
Total do passivo não circulante		1.488.645	1.260.778	1.692.993	1.472.358
Total dos passivos		2.061.295	1.995.207	2.308.228	2.234.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Reserva de lucros		181.084	-	181.084	-
Total do patrimônio líquido		2.038.989	1.857.905	2.038.989	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.100.284	3.853.112	4.347.217	4.092.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	16	1.109.022	999.537	1.193.847	1.095.636
Energia elétrica comprada para revenda		(306.866)	(256.509)	(309.872)	(261.503)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(69.746)	(65.319)	(76.435)	(70.735)
Depreciação e amortização		(124.004)	(128.004)	(154.414)	(156.802)
Repactuação do risco hidrológico		-	500.842	-	500.842
Outros custos com geração de energia		(110.187)	(101.633)	(123.297)	(113.563)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(610.803)	(50.623)	(664.018)	(101.761)
LUCRO BRUTO		498.219	948.914	529.829	993.875
Despesas gerais e administrativas	17.b	(39.919)	(37.804)	(52.612)	(43.195)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	(628)	(932)	(718)	(1.120)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	10.986	25.475	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(29.561)	(13.261)	(53.330)	(44.315)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		468.658	935.653	476.499	949.560
Receitas financeiras	18	61.101	33.449	80.570	41.720
Despesas financeiras	18	(109.271)	(216.101)	(129.166)	(233.424)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	420.488	753.001	427.903	757.856
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(100.388)	308	(107.914)	(4.636)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(38.691)	(247.473)	(38.580)	(247.384)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		281.409	505.836	281.409	505.836
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,22	0,39	0,22	0,39
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	281.409	505.836	281.409	505.836
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	281.409	505.836	281.409	505.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício	15.d	-	-	-	505.836	505.836
Dividendos obrigatórios	15.d	-	-	-	(505.836)	(505.836)
Em 31 de dezembro de 2021						
		1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício	15.d	-	-	-	281.409	281.409
Constituição de reserva de lucros	15.a	-	-	285.836	-	285.836
Dividendos distribuídos	15.d	-	-	(104.752)	-	(104.752)
Dividendos obrigatórios	15.d	-	-	-	(281.409)	(281.409)
Em 31 de dezembro de 2022						
		1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		281.409	505.836	281.409	505.836
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	7 e 8	127.254	130.928	155.185	157.396
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	9.724	1.033	16.025	9.386
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(11.302)	(25.764)	-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		108.536	80.652	128.009	97.626
Imposto de renda e contribuição social		139.079	247.165	146.494	252.020
Repactuação do risco hidrológico		-	(500.842)	-	(500.842)
Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico		-	4.225	-	4.225
Provisões para processos judiciais		1.217	62.246	1.217	62.246
Baixas para processos judiciais		-	(274.048)	-	(274.048)
		655.917	231.431	728.339	313.845
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		(14.401)	9.115	(13.121)	40.305
Tributos a recuperar		(5.170)	(16.302)	(9.654)	(13.854)
Depósitos judiciais	14.b	1.008	(2.974)	1.007	(2.975)
Outros ativos		4.247	(2.871)	5.523	(4.466)
Fornecedores		(4.948)	15.972	6.463	22.071
Salários e encargos a pagar		1.180	170	1.179	171
Tributos e contribuições sociais		(13.784)	12.312	(16.248)	7.066
Provisão para compromissos futuros	13	(21.776)	(18.611)	(21.776)	(18.809)
Outros passivos		(12.486)	4.031	(12.457)	4.414
		(66.130)	842	(59.084)	33.923
Caixa gerado pelas operações		589.787	232.273	669.255	347.768
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37.075)	(105.073)	(37.158)	(105.073)
Juros pagos	12	(42.620)	(2.963)	(58.600)	(17.391)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		510.092	124.237	573.497	225.304
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(38.340)	(25.054)	(379.881)	(424.241)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(333.872)	(387.260)	-	-
Dividendos recebidos		-	23.756	-	-
Redução de capital em controladas		104.752	-	-	-
Aplicações financeiras		114.006	69.338	138.123	45.316
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(153.454)	(319.220)	(241.758)	(378.925)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(26.077)	(3.362)	(36.290)	(13.560)
Pagamentos de arrendamentos		(1.587)	(1.569)	(1.587)	(2.636)
Pagamento de concessões	11	(89.355)	(59.401)	(89.355)	(59.401)
Pagamento de dividendos	15.a	(324.752)	(254.288)	(324.752)	(254.288)
Financiamentos obtidos	12	233.090	476.394	233.140	476.394
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(208.681)	157.774	(218.844)	146.509
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		147.957	(37.209)	112.895	(7.112)
No início do exercício		274.232	311.441	378.108	385.220
No fim do exercício		422.189	274.232	491.003	378.108
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		147.957	(37.209)	112.895	(7.112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em milhares de reais.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR					
Receitas		1.292.733	1.160.573	1.394.315	1.275.204
Venda de energia	16	1.291.600	1.159.549	1.394.118	1.274.180
Outras receitas		1.133	1.024	197	1.024
Insumos adquiridos de terceiros		(378.559)	(325.789)	(397.831)	(345.225)
Custos com aquisição de energia para revenda	17	(306.866)	(256.509)	(309.914)	(261.503)
Serviços de Terceiros		(68.401)	(64.161)	(84.549)	(78.589)
Materiais		(3.292)	(5.119)	(3.368)	(5.133)
Outros custos operacionais:		(123.831)	385.107	(142.594)	375.856
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão		(69.746)	(65.319)	(83.777)	(70.735)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16	(23.913)	(17.849)	(23.913)	(17.849)
Encargos regulatórios		(15.037)	(13.830)	(15.374)	(14.156)
Repactuação do risco hidrológico		67	500.842	67	500.842
Outros		(15.202)	(18.737)	(19.597)	(22.246)
Valor adicionado bruto		790.343	1.219.891	853.890	1.305.835
Retenções					
Depreciação e amortização	7 e 8	(126.938)	(130.928)	(155.185)	(157.396)
Valor adicionado líquido		663.405	1.088.963	698.705	1.148.439
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	6	10.986	25.475	-	-
Receitas financeiras	18	61.101	33.449	80.570	41.720
Valor adicionado a distribuir		735.492	1.147.887	779.275	1.190.159
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		57.883	47.281	57.884	47.350
Remuneração direta		45.603	38.305	45.603	38.305
Benefícios		10.283	7.282	10.284	7.351
FGTS		1.997	1.694	1.997	1.694
Impostos, taxas e contribuições		284.559	376.770	308.398	400.645
Federais		256.114	355.362	267.990	365.290
Estaduais		28.319	21.294	40.280	35.230
Municipais		126	114	128	125
Remuneração de capitais de terceiros		111.641	218.000	131.584	236.328
Juros		108.456	82.530	127.189	98.313
Aluguéis		2.370	1.899	2.418	2.904
Outras despesas financeiras		815	133.571	1.977	135.111
Remuneração de capitais próprios		281.409	505.836	281.409	505.836
Dividendos distribuídos	18.a	281.409	505.836	281.409	505.836
Valor adicionado distribuído		735.492	1.147.887	779.275	1.190.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW. Desse total, (i) 1.158 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW médios, e (ii) 99 MW por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46 MW médios a P90; e (iii) 180 MW em implantação por meio da expansão do Complexo Eólico de Santo Inácio com mais um parque e 3 parques eólicos no Rio Grande do Norte. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar I ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Jan/42 ²
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32 ³
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada dos consórcios vigentes a partir de jan/2023, conforme Portaria Nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022.

² processo ANEEL em andamento, os cálculos a serem homologados dependem da deliberação referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

³ não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, uma vez que há incertezas quanto ao pagamento da utilização do bem público – UBP (concessão onerosa) que pode afetar de forma material a viabilidade econômica do projeto, logo consideramos o vencimento da concessão atual.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 06 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, Acauã I, Acauã II, Acauã III e Gravier, em conjunto denominadas de “Grupo”, na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Parque Eólico Santo Inácio e Acauã, vide Nota Explicativa nº 6.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7 e 8 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação: vida útil dos ativos;
- **Nota 7 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 11 - Concessões a pagar** - atualização monetária: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Nota 13 e 14 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 5 e 16 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

2.6 | Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

a. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar às suas demonstrações financeiras para fins de IFRS, pois não é uma demonstração obrigatória.

b. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

A Companhia mantém planos de contribuição definida, cujas contribuições são reconhecidas no resultado quando incorridas e não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

2.7 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- (b) Contratos de seguro (adição do CPC 50/IFRS 17);
- (c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS demonstração de prática 2);
- (d) Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23/IAS 8); e

- (e) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	1.716	1.009	1.716	1.174
Recursos mantidos em aplicações financeiras	420.473	273.223	489.287	376.934
	422.189	274.232	491.003	378.108

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 85% até 115% em 31 de dezembro de 2022 (85% e 110% em 31 de dezembro de 2021), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladoras a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações contábeis.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos mantidos em aplicações financeiras	26.372	140.378	27.122	166.541
Caixa restrito	-	-	13.697	12.401
	26.372	140.378	40.819	178.942
Ativo circulante	26.372	140.378	27.122	166.541
Ativo não circulante	-	-	13.697	12.401
	26.372	140.378	40.819	178.942

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 85% e 115% em dezembro de 2022 (85% e 110,00% em 31 de dezembro 2021) conforme definido na contratação de cada operação. Administração não espera utilizar esses recursos financeiros para atender compromissos operacionais de curto prazo e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

Já as aplicações financeiras de longo prazo são compostas por FIC - DI, que remuneram a cota final de 3,25 em 31 de dezembro de 2022 (2,93 em 31 de dezembro 2021) conforme definido na contratação de cada operação.

Política contábil

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$ 1 bilhão; e (ii) rating no mínimo equivalente a BBB-, em escala nacional.

Para mais detalhes sobre a política de aplicações financeiras veja nota nº20 dos instrumentos financeiros e detalhes sobre *impairment* de ativos financeiros, veja nota nº5 - Contas a receber.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Industrial ou equivalente	59.629	44.315	63.537	47.866
Suprimento a outras concessionárias	59.824	57.778	63.018	60.680
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	2.891	5.858	10.753
Outros valores a receber	114	182	114	107
	119.567	105.166	132.527	119.406

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

Impairment

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Para mais detalhes sobre a política do contas a receber veja nota nº 20 dos instrumentos financeiros e nº 16 receita líquida.

6 | Investimento

a. Movimentação dos saldos da controladora

	CONTROLADORA						31/12/2022
	31/12/2021	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do Exercício	Dividendos a receber	Redução de capital	
Garrote	92.672	-	-	6.043	(7.355)	(22.150)	69.210
Santo Inácio III	117.090	-	-	7.536	(8.519)	(32.250)	83.857
São Raimundo	128.749	-	-	4.168	(3.344)	(27.201)	102.372
Santo Inácio IV	93.504	-	-	6.540	(8.200)	(23.151)	68.693
Acauã I	75.211	67.671	-	(3.577)	-	-	139.305
Acauã II	99.212	103.568	-	(2.793)	-	-	199.987
Acauã III	74.644	49.769	-	(1.646)	-	-	122.767
Gravier	294.073	112.864	-	(4.969)	-	-	401.968
Mais valia CESI	8.706	-	(316)	-	-	-	8.390
Juros capitalizados	61.977	-	(2.174)	-	-	-	59.803
Juros capitalizados em implantação	31.241	-	57.058	-	-	-	88.299
	1.077.079	333.872	54.568	11.302	(27.418)	(104.752)	1.344.651

	CONTROLADORA						31/12/2021
	31/12/2020	Aumento de Capital / AFAC	Adição (Amortização)	Resultado do Exercício	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	
Garrote	92.738	-	-	8.310	(6.401)	(1.975)	92.672
Santo Inácio III	115.227	-	-	9.443	(5.337)	(2.243)	117.090
São Raimundo	126.630	-	-	4.784	(1.794)	(871)	128.749
Santo Inácio IV	92.612	-	-	9.331	(6.223)	(2.216)	93.504
Acauã I	33.240	43.277	-	(1.306)	-	-	75.211
Acauã II	30.170	70.198	-	(1.156)	-	-	99.212
Acauã III	21.989	54.134	-	(1.479)	-	-	74.644
Gravier	76.585	219.651	-	(2.163)	-	-	294.073
Mais valia CESI	8.995	-	(289)	-	-	-	8.706
Juros capitalizados	64.022	-	(2.045)	-	-	-	61.977
Juros capitalizados em implantação	-	-	31.241	-	-	-	31.241
	662.208	387.260	28.907	25.764	(19.755)	(7.305)	1.077.079

Valores capitalizados CESI

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento, durante o período de construção das Usinas, nas demonstrações contábeis da controladora, enquanto no consolidado estes montantes foram capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2051). Em 31 de dezembro de 2022, o montante amortizado acumulado é de R\$11.778 (R\$9.604 em 31 de dezembro de 2021).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã e Gravier

A Central Eólica Gravier e o Projeto Eólico de Acauã encontram-se em fase de construção e por esse motivo, os juros da dívida estão sendo capitalizados no montante de R\$88.299 em 31 de dezembro de 2022 (R\$31.241 em 31 de dezembro de 2021).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.390 em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.706 em 31 de dezembro de 2021) referente a mais valia aportado pelo acionista.

Redução de capital

Em assembleia geral extraordinária de 22 de dezembro de 2022, o capital social das Centrais Eólicas de Santo Inácio foi reduzido e assim restituindo a Companhia em R\$104.752.

b. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as empresas abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como segue:

	31/12/2022					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	63.032	126.199	55.554	70.645	6.043	19.115
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	76.476	158.929	73.282	85.647	7.536	24.638
Central Eólica São Raimundo S.A.	96.185	166.867	63.715	103.152	4.168	18.978
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	62.094	126.777	56.534	70.243	6.540	19.438
Central Eólica Acauã I S.A.	144.805	140.324	1.020	139.304	(3.577)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	204.496	202.179	2.191	199.988	(2.793)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	126.509	123.211	444	122.767	(1.646)	-
Central Eólica Gravier S.A.	409.420	426.386	24.418	401.968	(4.969)	3.817

	31/12/2021					
	Capital social e AFAC	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	85.182	144.357	136.047	86.336	8.310	22.977
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	108.726	186.188	176.745	109.890	9.443	28.777
Central Eólica São Raimundo S.A.	123.386	194.023	189.239	124.836	4.784	21.463
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	85.245	145.375	136.044	86.388	9.331	23.827
Central Eólica Acauã I S.A.	77.134	78.590	79.896	76.517	(1.306)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	100.927	101.271	102.427	100.838	(1.156)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	76.740	75.963	77.442	76.123	(1.479)	-
Central Eólica Gravier S.A.	296.557	296.977	299.140	296.237	(2.163)	-

Parque Eólico Santo Inácio ("CESI")

O CESI teve o início de operação em dezembro de 2017 e é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. ("Garrote"), Central Eólica São Raimundo S.A. ("São Raimundo"), Central Eólica Santo Inácio III S.A. ("Santo Inácio III"), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. ("Santo Inácio IV"), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier ("Gravier")

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena iniciada em dezembro de 2022. O projeto conta com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã ("Acauãs")

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. ("Acauã I"), Central Eólica Acauã II S.A. ("Acauã II") e Central Eólica Acauã III S.A. ("Acauã III"). Localizada nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021 e

operação comercial plena estimada para setembro de 2023 contará com 26 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW.

Política contábil

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, estes investimentos são inicialmente registrados pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	107.076	1.042.993	274.254	1.105.567	2.007	17.224	2.549.121
Adições	-	-	-	-	-	25.495	25.495
Baixas	-	-	-	(1.712)	(7)	(270)	(1.989)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.873)	-
Em 31/12/2021	109.911	1.043.850	275.038	1.111.152	2.100	30.576	2.572.627
Adições	2.773	170	680	778	1	32.330	36.732
Baixas	(2.169)	-	(1.565)	(2.543)	(16)	(5.363)	(11.656)
Transferência	-	160	35	3.895	113	(4.203)	-
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2020	(31.442)	(446.279)	(122.896)	(533.472)	(992)	(3.449)	(1.138.530)
Adições	(4.850)	(38.177)	(11.685)	(38.501)	(84)	(436)	(93.733)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
Em 31/12/2021	(36.292)	(484.456)	(134.581)	(571.023)	(1.070)	(3.885)	(1.231.307)
Adições	(3.976)	(30.476)	(9.480)	(31.680)	(97)	(330)	(76.039)
Baixas	-	-	1.937	1.627	15	-	3.579
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Valor líquido							
Líquido em 31/12/2021	73.619	559.394	140.457	540.129	1.030	26.691	1.341.320
Líquido em 31/12/2022	70.247	529.248	132.064	512.206	1.046	49.125	1.293.936
Taxa média de depreciação	3,61%	2,92%	3,45%	2,85%	6,70%	0,79%	2,94%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	122.838	1.042.545	298.155	1.726.850	16.193	165.426	3.372.007
Adições	1.238	-	2	-	-	450.310	451.550
Baixas	-	-	-	(5.522)	(2.397)	(2.374)	(10.293)
Transferência	2.835	857	784	7.297	100	(11.922)	(49)
Em 31/12/2021	126.911	1.043.402	298.941	1.728.625	13.896	601.440	3.813.215
Adições	4.174	170	681	778	3.681	423.719	433.203
Baixas	(2.258)	-	(1.566)	(3.009)	(5.108)	(5.666)	(17.607)
Transferência	-	160	35	6.101	113	(6.409)	-
Em 31/12/2022	128.827	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084	4.228.811
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2020	(32.237)	(446.279)	(125.469)	(616.035)	(1.772)	(3.940)	(1.225.732)
Adições	(5.291)	(38.177)	(12.438)	(64.669)	(516)	(677)	(121.768)
Baixas	-	-	-	950	6	-	956
Em 31/12/2021	(37.528)	(484.456)	(137.907)	(679.754)	(2.282)	(4.617)	(1.346.544)
Adições	(4.444)	(30.476)	(10.415)	(59.575)	(461)	(459)	(105.830)
Baixas	2	-	1.937	1.627	139	-	3.705
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)	(1.448.669)
Valor líquido							
Em 31/12/2021	89.383	558.946	161.034	1.048.871	11.614	596.823	2.466.671
Em 31/12/2022	86.857	528.800	151.706	994.793	9.978	1.008.008	2.780.142
Taxa média de depreciação	3,48%	2,92%	3,49%	3,44%	3,48%	0,06%	2,63%

(a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são amortizados de acordo com o período da concessão.

(b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$148.102 em 31 de dezembro 2022 (R\$93.218 em 31 de dezembro 2021). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Em 5 de novembro de 2015 a Companhia tomou conhecimento do rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora, na região de Mariana que resultou na paralisação das operações da Usina Risoleta Neves.

A região afetada faz parte da bacia de contribuição ao reservatório da Usina Risoleta Neves, que é alimentada pelo Rio Doce. A referida Usina é administrada pelo Consórcio Candonga, no qual a Aliança detém participação de 50%. Conforme cronograma de recuperação e desassoreamento do reservatório da Usina, pactuado junto à ANEEL, está previsto o

retorno operacional das Unidades Geradoras da UHE Risoleta Neves até maio de 2023. Durante o ano de 2022 foram viabilizadas as ações que possibilitaram alcançar um dos marcos importantes previsto neste cronograma que foi a conclusão do reenchimento do reservatório desta Usina Hidroelétrica, no dia 22 de dezembro de 2022.

Devido às consequências do incidente em Mariana, os ativos referentes à Usina de Candonga tiveram os seus valores recuperáveis avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para cálculo do valor recuperável, a Administração utilizou o método de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) expectativas para os custos e despesas de acordo com os orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração; (ii) os contratos de venda de energia firmados até o final da concessão; (iii) premissas futuras para o *generation scaling factor* (GSF) e para o preço de liquidação das diferenças (PLD); (iv) projeções de depreciação de amortização para períodos futuros; (v) efeitos de impostos de renda e contribuição social aplicáveis baseados na alíquota combinada de 34%; (vi) taxa de desconto utilizada na avaliação foi de 9,58%; e (vii) taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,23%.

O valor recuperável dos referidos ativos, mensurado em 31 de dezembro 2022, não apresentou perdas e, conseqüentemente, a Companhia não reconheceu em seu resultado qualquer montante referente à redução ao valor recuperável de ativos para esta unidade geradora de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Referente às premissas chaves, não há mudança em relação às utilizadas em exercícios anteriores. O saldo líquido da Usina Risoleta Neves é R\$65.523 em 31 de dezembro de 2022.

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado (consolidado) a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu Complexo Eólico de Santo Inácio e Central Eólica de Gravier, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esse parque e de restauração do local ao final dos prazos de autorização. Em 31 de dezembro de 2022 o montante registrado é de R\$10.794 (R\$8.975 em 31 de dezembro de 2021).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização veja nota nº 13 provisão para compromissos futuros.

Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos e passivos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento, para a controladora e consolidado, são como segue:

Descrição	Participação na Energia Gerada	EM SERVIÇO		EM CURSO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
UHE Amador Aguiar	87,37%	466.820	487.211	4.814	5.337
UHE Risoleta Neves	50,00%	65.186	69.530	9.160	7.555
UHE Porto Estrela	66,67%	33.170	36.709	9.449	12.281
UHE Igarapava	52,65%	58.513	65.005	1.596	4.195
		623.689	658.455	25.019	29.368

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia, em todo reporte, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Concessão onerosa	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2020	111.407	141.780	1.131	1.669	1.267	431	257.685
Adições	77.871	10.090	-	140	500.842	-	588.943
Baixas	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	431	-	(431)	-
Em 31/12/2021	189.278	151.870	1.131	2.194	502.109	-	846.582
Adições	36.424	91	-	4	67	161	36.747
Baixas (a)	(94.157)	-	-	(35)	-	-	(94.192)
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Amortização acumulada							
Em 31/12/2020	(91.980)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(140.408)
Adições	(16.530)	(7.908)	(49)	(74)	(10.300)	-	(34.861)
Baixas	-	-	-	46	-	-	46
Em 31/12/2021	(108.510)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.591)	-	(175.223)
Adições	(9.671)	(8.169)	(38)	(173)	(30.674)	-	(48.725)
Baixas (a)	92.510	-	-	35	-	-	92.545
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Valor líquido							
Em 31/12/2021	80.768	97.601	770	702	491.518	-	671.359
Em 31/12/2022	105.874	89.523	732	533	460.911	161	657.734
Taxa média de amortização	6,03%	5,38%	3,36%	7,94%	6,11%	-	5,96%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Concessão onerosa	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2020	30.395	112.884	141.780	1.131	1.669	1.267	431	289.557
Adições	-	80.262	10.090	-	140	500.842	401	591.735
Baixas	-	-	-	-	(46)	-	-	(46)
Transferências	-	-	-	-	431	-	(382)	49
Em 31/12/2021	30.395	193.146	151.870	1.131	2.194	502.109	450	881.295
Adições	-	38.276	91	428	4	67	161	39.027
Baixas (a)	-	(96.586)	-	-	(35)	-	-	(96.621)
Transferências	-	-	-	-	49	-	(49)	-
Em 31/12/2022	30.395	134.836	151.961	1.559	2.212	502.176	562	823.701
Amortização acumulada								
Em 31/12/2020	(2.338)	(92.139)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(142.905)
Adições	(360)	(16.936)	(7.908)	(49)	(74)	(10.301)	-	(35.628)
Baixas	-	-	-	-	46	-	-	46
Em 31/12/2021	(2.698)	(109.075)	(54.269)	(361)	(1.492)	(10.592)	-	(178.487)
Adições	(337)	(9.950)	(8.169)	(38)	(182)	(30.679)	-	(49.355)
Baixas (a)	11	94.452	-	-	35	-	-	94.498
Em 31/12/2022	(3.024)	(24.573)	(62.438)	(399)	(1.639)	(41.271)	-	(133.344)
Valor líquido								
Em 31/12/2021	27.697	84.071	97.601	770	702	491.517	450	702.808
Em 31/12/2022	27.371	110.263	89.523	1.160	573	460.905	562	690.357
Taxa média de amortização	1,11%	6,07%	5,38%	2,83%	8,26%	6,11%	0%	5,79%

(a) Realizamos a baixa de licenças totalmente amortizadas, ou seja, com o valor residual igual a zero e sem efeito no resultado da Companhia. O montante de baixa no individual e consolidado foi no montante de R\$91.158.

Os ativos intangíveis servidão, concessão onerosa e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Repactuação do risco hidrológico

Em 08 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei nº 14.052 que alterou em partes a Lei nº 13.023 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de contratos firmados no ambiente de contratação livre ("ACL"). A Lei nº 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á

mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020..

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

Adicionalmente, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativo ao Consórcios de Porto Estrela, uma vez que há incertezas quanto ao pagamento da Utilização do Bem Público – UBP (concessão onerosa) que podem afetar de forma material a viabilidade econômica do projeto e, por consequência, a decisão da Companhia em aderir à repactuação. E quanto à Capim Branco II, a homologação na repactuação não ocorreu em função do processo de repactuação no ACR que ainda se encontra em andamento na ANEEL, os cálculos a serem homologados dependem da deliberação da extensão referente à repactuação ACR e deverão alterar o termo final da outorga da concessão.

Usina	Recuperação de custos 31/12/2021	Extensão da concessão (anos)
Aimorés	114.566	3,91
Funil	60.546	4,37
Capim Branco I	116.776	6,24
Capim Branco II	91.666	5,40
Igarapava	96.445	2,69
Candongá	20.843	3,56
	500.842	

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados em todo reporte para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são avaliados, em todo reporte, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Para mais detalhes sobre a política do intangível veja nota nº 7 de imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *impairment*.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	31.485	35.606	31.485	35.606
Fornecedores de materiais e serviços	16.235	22.042	39.241	33.637
Encargos de uso da rede elétrica	4.064	295	4.064	295
Câmara de comercialização de energia elétrica	1.211	-	1.211	-
	52.995	57.943	76.001	69.538

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 37 dias para controladora e 62 dias para o consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado. Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 20 dos instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	7.780	-	11.251	913
Contribuição social	-	-	1.045	805
	7.780	-	12.296	1.718

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	7.256	6.754	7.256	6.754
Provisão para demandas judiciais	-	-	190	190
Prejuízo fiscal e base negativa	-	19.530	-	19.530
Demais provisões	11.106	10.551	10.741	10.129
Provisões para compromissos socioambientais	-	939	324	1.234
Outros	331	301	788	733
	18.693	38.075	19.299	38.570
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados – CPC 20/IAS 23	(57.362)	(36.883)	(57.362)	(36.883)
Repactuação do risco hidrológico	(156.456)	(166.848)	(156.456)	(166.848)
Depreciação fiscal	(83.889)	(74.667)	(83.889)	(74.667)
	(297.707)	(278.398)	(297.707)	(278.398)
	(279.014)	(240.323)	(278.408)	(239.828)
Total do passivo	(279.014)	(240.323)	(279.014)	(239.828)
Total do ativo	-	-	606	-
	(279.014)	(240.323)	(278.408)	(239.828)

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. A realização do prejuízo fiscal e base negativa registrados em 2021 ocorreu em 2022.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(240.323)	7.150	(239.828)	7.556
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(38.691)	(247.473)	(38.580)	(247.384)
Saldo no final do exercício	(279.014)	(240.323)	(278.408)	(239.828)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no exercício de 2022 e 2021 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	420.487	753.001	427.902	757.856
Alíquota vigente – imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(142.966)	(256.020)	(145.487)	(257.671)
Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	3.843	8.759	-	-
Depreciação fiscal (baixas de imobilizado)	(1.527)	-	(1.527)	-
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	(2.111)	6.416
Créditos tributários não constituídos	-	-	(28)	(2.440)
Incentivo fiscal da sudene	-	-	838	1.110
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	237	456
Exclusão juros selic (tema RG nº 962)	1.495	-	1.495	-
Outros	76	96	89	109
Despesa no resultado	(139.079)	(247.165)	(146.494)	(252.020)
Imposto corrente	(100.388)	308	(107.914)	(4.636)
Imposto diferido	(38.691)	(247.473)	(38.580)	(247.384)
	(139.079)	(247.165)	(146.494)	(252.020)
Alíquota efetiva	33%	33%	34%	33%

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade.

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa

de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela média 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2020	258.946	21.157	1.560	281.663
Efeitos financeiros reconhecidos	46.041	3.750	145	49.936
Adições	-	9.301	789	10.090
Amortizações	(45.529)	(13.413)	(460)	(59.402)
Saldo em 31/12/2021	259.458	20.795	2.034	282.287
Efeitos financeiros reconhecidos	74.861	7.419	474	82.754
Amortizações	(80.807)	(7.989)	(559)	(89.355)
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	41.047	32.013
Passivo não circulante	234.639	250.274
	275.686	282.287

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2024	(37.160)
2025	(33.657)
2026	(30.494)
2027	(27.636)
2028	(25.048)
2029 a 2033	(73.614)
2034 em diante	(7.030)
	(234.639)

Política contábil

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures – 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	77.670	78.098	77.670	78.098
Debêntures – 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	290.680	298.707	290.680	298.707
Debêntures – 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	236.524	227.718	236.524	227.718
Debêntures – 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	239.818	-	239.818	-
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	188.788	197.134
Total				844.692	604.523	1.033.480	801.657
Classificadas como:							
Passivo circulante				134.435	90.427	145.861	101.306
Passivo não circulante				710.257	514.096	887.619	700.351
				844.692	604.523	1.033.480	801.657

(a) DEBÊNTURES

As emissões de todas as debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela do principal	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografia
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografia
5ª emissão	15/04/2022	240.000	14	Semestral	15/04/2023	Quirografia

(b) FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Companhia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento”) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$243.500, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e assegurado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.407	280.352
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	476.394	476.394
Encargos financeiros	61.047	75.862
Amortização do principal	(3.362)	(13.560)
Amortização de juros	(2.963)	(17.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	604.523	801.657
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	233.090	233.140
Encargos financeiros	75.776	93.573
Amortização do principal	(26.077)	(36.290)
Amortização de juros	(42.620)	(58.600)
Saldo em 31 dezembro de 2022	844.692	1.033.480

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2022	31/12/2021
TJLP	7,20%	5,32%
IPCA	5,79%	10,06%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2024	44.452	56.521
2025	46.762	59.853
2026	48.394	62.592
2027	47.609	61.807
2028	43.297	57.495
2029 a 2033	352.257	423.249
2034 a 2037	127.486	166.102
	710.257	887.619

(c) COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

As debêntures possuem cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras, onde o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,5. O índice obtido em 31 de dezembro de 2022 é inferior ao citado parâmetro. Ademais, todas as debêntures possuem ainda outras cláusulas de restrições em temas como mudança, transferência ou cessão do controle societário, incorporação, fusão e cisão sem a prévia anuência do credor, dentre outras. Cumpre ressaltar que a Companhia está adimplente à totalidade das cláusulas restritivas previstas em contratos.

(d) GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2022, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES.

Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Para mais detalhes sobre a política dos passivos financeiros veja nota nº 20 dos instrumentos financeiros.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Aimorés	Candongá	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	CONTROLADORA	Centrais Eólicas (a)	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2020	13.357	927	-	6.386	3.237	-	23.907	15.552	39.459
Adições / (Baixas)	68.127	(249)	7.740	(439)	(1.704)	4.394	77.869	(2.769)	75.100
Pagamentos	(15.466)	(238)	(197)	(2.217)	(433)	(60)	(18.611)	(198)	(18.809)
Atualização	1.495	59	144	460	201	82	2.440	1.526	3.966
Saldo em 31/12/2021	67.513	498	7.687	4.190	1.301	4.416	85.605	14.111	99.716
Adições / (Baixas)	19.550	591	(2.380)	12.494	1.759	2.020	34.034	(147)	33.887
Pagamentos	(17.807)	(206)	(792)	(2.266)	(466)	(239)	(21.776)	-	(21.776)
Atualização	5.092	36	584	344	210	291	6.557	798	7.355
Saldo em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	14.997	18.217	15.997	18.661
Passivo não circulante	89.423	67.388	103.185	81.055
	104.420	85.605	119.182	99.716

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

Considerando que: **(i)** a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; **(ii)** essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e **(iii)** se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor (Funil, Igarapava e Candonga) e para as usinas que estão em fase de renovação da licença de operação (Aimorés, Capim Branco, Porto Estrela e Parques Eólicos de Santo Inácio).

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros, utilizando a taxa média de desconto nominal de 8,24% no exercício de 2022 (7,50% em 2021) individual e consolidado.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois, cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a movimentação do saldo da controladora e consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	106.968	25.521	764	212.199	345.452
Adições	14.473	7.910	49	58.526	80.958
Atualizações	4.418	477	-	-	4.895
Reversões/pagamentos	(576)	(2.724)	(23)	(270.725)	(274.048)
Saldo em 31/12/2021	125.283	31.184	790	-	157.257
Adições	222	-	12	-	234
Atualizações	8.364	2.165	36	-	10.565
Reversões/pagamentos	(413)	(3.312)	(583)	-	(4.308)
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	-	163.748

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- **Ação civil pública - trecho de vazão reduzida**

Ação Civil Pública, distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença, publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e, na hipótese de inviabilidade técnica, deve-se quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise. A Companhia estima que serão gastos R\$17.500 (histórico) na elaboração dos estudos e execução de projetos compensatórios.

O montante provisionado como perda provável é de R\$20.621 (R\$19.368 em 31 de dezembro de 2021).

- **Preservação permanente do entorno do reservatório**

Trata-se de Ação Civil Pública que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II ("AHes Capim Branco"). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de "servidão civil" na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHes.

O montante provisionado como perda provável é de R\$87.560 (R\$82.247 em 31 de dezembro de 2021).

- **Ação penal - ocorrência de mortandade de peixes**

Ação Penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. A sentença aplicou pena de prestação de serviços à comunidade, com custeio de programas ambientais, no valor mensal de R\$ 1,5 milhão/mês, além de aplicação de multa, recorreram a Aliança e MPF. A Aliança pretendia a anulação do processo, absolvição ou redução da pena, já o MPF pretendia o agravamento da pena para o valor de R\$ 50 milhões de reais, aproximadamente. A Turma Julgadora reduziu o número de dias multa e reduziu o tempo de pena de prestação de serviço a comunidade para sete meses. Por outro lado, acolheu parcialmente o recurso do MP para majorar o valor que deve ser empregado mensalmente no custeio da pena de prestação de serviços à comunidade para 1% do montante de dividendos distribuídos para os acionistas em 2016. O acórdão apresentou defeitos no julgamento técnico do recurso de defesa. Por esse motivo, foram opostos Embargos de Declaração em 26.01.2022, visando esclarecimentos e prequestionamentos, necessários a substanciar recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. No entanto, a 1ª Turma Recursal negou seguimento aos Embargos. Tendo em vista que os Embargos foram opostos dentro do prazo, foram opostos novos Embargos de Declaração em 10.02.2022. Ainda assim, na sessão de julgamento realizada em 15.02.2022, a 1ª Turma Recursal da SJMG conheceu dos segundos Embargos, mas negou-lhe provimento. Em seguida, foi interposto Recurso Extraordinário, ao qual foi negado seguimento. Desta decisão, foi interposto Agravo Interno e aguarda-se julgamento. Paralelamente, foi impetrado o Mandado de Segurança Criminal nº 1000214-27.2022.4.01.9380. Ambos foram julgados pela mesma Turma Recursal na sessão realizada em 10.05.2022, que negou provimento ao Agravo Interno e indeferiu a petição inicial do Mandado de Segurança. Em seguida, foi protocolizada petição requerendo a disponibilização da mídia da sessão de julgamento, a fim de subsidiar Embargos de Declaração em face do acórdão do Agravo Interno, o que foi deferido pela Turma Julgadora. Os Embargos de Declaração foram apresentados visando suprimir omissão na análise de preceitos constitucionais invocados como violados pela Turma Recursal e aguardam o respectivo julgamento. Em paralelo, foi manejada Reclamação perante o Supremo Tribunal Federal (protocolizada em 31.05.2022), que aponta a subtração da competência originária da Suprema Corte para o exame de recurso extraordinário que discute a violação ao artigo 19, II, da CR/88. Referida Reclamação tem, como pedido liminar, a suspensão do processo, na origem, nos termos do artigo 158 do Regimento Interno do STF, com igual suspensão do prazo prescricional. No mérito, pleiteia a anulação do acórdão da Turma Recursal e a remessa do Recurso Extraordinário para regular processamento e julgamento pelo STF.

O montante provisionado como perda provável é de R\$18.682 (R\$17.711 em 31 de dezembro de 2021).

Ações cíveis

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de ação de desapropriação de imóveis, no município de Araguari/MG, para constituição do Parque Estadual do Pau Furado, como forma de compensação florestal estabelecida para atendimento de condicionante ambiental na implantação do empreendimento. Aguarda-se julgamento de recurso especial e extraordinário para prosseguimento da discussão no STJ e no STF.

O montante provisionado como perda provável é de R\$10.874 (R\$10.673 em 31 de dezembro de 2021).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a controladora e consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ambiental	40.071	37.448	40.794	38.035
Cíveis	55.911	51.111	56.020	51.200
Regulatório	29.025	26.287	29.051	26.309
Tributário	83.621	75.423	83.621	75.423
Outras	3.085	72	3.085	72
	211.713	190.341	212.571	191.039

Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento - APP de Capim Branco**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistindo a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$27.000 (R\$26.708 em 31 de dezembro de 2021) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

Ações cíveis

- **Ação Indenização Pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$11.028 (R\$9.410 em 31 de dezembro de 2021), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

- **Ação indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer ressarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra, os valores pedidos foram lançados com prognóstico possível, sendo indicado como valor requerido de R\$17.374 (R\$16.223 em 31 de dezembro de 2021).

- **Ação de desapropriação**

Trata-se de ação de desapropriação, para Unidade de Conservação - Parque do Pau Furado. O imóvel a ser EXPROPRIADO, denominado Fazenda Quilombo, local Buracão e Capão da Cana, está localizado no Município de Araguari-MG, possuindo uma área total de 818,9484 ha, conforme constante da Transcrições nº 5.858, Livro 3-C, fls. 107, de 07/08/1941, nº 6.470, Livro 3-C, fls. 240, de 03/08/1942, nº. 6.654, livro 3-C, fls. 280, de 03/10/1942 e nº 20.785, Livro 3-M, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. Foi atribuído o valor de R\$9.413 como risco possível (R\$8.842 em 31 de dezembro de 2021).

Ações regulatórias

- **Encargos de Serviços do Sistema – Resolução do Conselho Nacional de Política Energética**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, de modo a garantir o suprimento energético. Foi atribuído o valor de R\$28.203 em 31 de dezembro de 2022 (R\$26.287 em 2021) correspondente a recontabilização em caso de perda da ação.

Ações tributárias

- **Crédito de ICMS**

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$46.097 em 31 de dezembro 2022 (R\$42.643 em 2021), que corresponde ao AI.

- **Auto de infração**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$28.931 em 31 de dezembro de 2022 (R\$26.307 em 2021) relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020. Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	103	751	103	751
Cíveis	136	359	147	369
Ambiental	5.839	5.976	5.839	5.976
	6.078	7.086	6.089	7.096

Política contábil

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

15 | Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

Nos dias 29 de julho de 2022 e 16 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o pagamento de R\$220.000 e R\$104.752 (R\$254.288 em 2021) de dividendos, respectivamente.

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superem em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado, em 2015, à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Reserva de lucros

De acordo com o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Em 30 de abril de 2022, foi aprovado na reunião de conselho administração a destinação dos dividendos a pagar de R\$285.836 para a conta de reserva de lucros a realizar.

	Reserva de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Destinação do resultado de 2021	285.836
Pagamento de dividendos em dezembro de 2022	(104.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	181.084

(e) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	281.409	505.836
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,22	0,39

Política contábil

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	1.290.250	1.159.133	1.385.744	1.249.672
Transações com energia na CCEE	1.350	315	8.358	25.345
Receita bruta pela prestação de serviços	1.133	1.024	197	79
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(183.711)	(160.935)	(200.452)	(179.460)
	1.109.022	999.537	1.193.847	1.095.636

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Industrial ou equivalente	699.922	607.117	757.807	661.900
Suprimento Geração 3 ^{as}	15.053	9.100	15.053	9.100
Suprimento a outras concessionárias	575.275	542.916	612.884	578.672
	1.290.250	1.159.133	1.385.744	1.249.672

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos sobre a receita				
PIS	(20.877)	(19.282)	(21.672)	(20.184)
COFINS	(96.159)	(88.814)	(99.806)	(92.974)
ICMS - substituição tributária	(27.667)	(21.109)	(39.629)	(34.247)
ISS	(57)	(51)	(57)	(51)
	(144.760)	(129.256)	(161.164)	(147.456)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(23.913)	(17.849)	(23.913)	(17.925)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(3.958)	(3.825)	(4.295)	(4.074)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(4.432)	(4.002)	(4.432)	(4.002)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(2.216)	(2.001)	(2.216)	(2.001)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.432)	(4.002)	(4.432)	(4.002)
	(38.951)	(31.679)	(39.288)	(32.004)
	(183.711)	(160.935)	(200.452)	(179.460)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(317.075)	(382.552)	(320.081)	(387.546)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	10.210	126.041	10.210	126.041
Depreciação e amortização	(124.004)	(128.004)	(154.414)	(156.802)
Serviços de terceiros	(53.538)	(51.355)	(68.397)	(64.231)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(69.746)	(65.319)	(76.435)	(70.735)
Pessoal	(37.223)	(30.459)	(37.223)	(30.548)
Materiais	(3.218)	(5.063)	(3.318)	(5.078)
Repactuação do risco hidrológico ¹	-	500.842	-	500.842
Prêmio risco hidrológico	(13.104)	(8.557)	(13.104)	(8.557)
Outros (custos) receitas operacionais, líquidas	(3.105)	(6.197)	(1.256)	(5.147)
	(610.803)	(50.623)	(664.018)	(101.761)

¹ mais detalhes vide nota 8 - Intangível

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(17.928)	(14.391)	(17.928)	(14.391)
Serviços de terceiros	(12.205)	(11.385)	(15.201)	(13.249)
Participação dos empregados no resultado	(4.033)	(2.438)	(4.033)	(2.438)
Depreciação e amortização	(760)	(590)	(771)	(594)
Contingências	(1.217)	(3.720)	(1.221)	(3.720)
Encargos de uso da rede básica	-	-	(7.846)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(4.404)	(6.212)	(6.330)	(9.923)
	(40.547)	(38.736)	(53.330)	(44.315)
Resultado de equivalência patrimonial	11.302	25.762	-	-
Amortização do ágio	(316)	(287)	-	-
	10.986	25.475	-	-
	(29.561)	(13.261)	(53.330)	(44.315)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	56.646	29.003	75.831	34.192
Outras	4.455	4.446	4.739	7.528
	61.101	33.449	80.570	41.720
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(82.754)	(49.936)	(82.754)	(49.936)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(6.557)	(2.440)	(7.355)	(3.966)
Encargos de financiamentos e debêntures	(18.718)	(29.807)	(36.515)	(44.622)
Atualização monetária - Risoleta Neves ¹	-	(132.698)	-	(132.698)
Outras	(1.242)	(1.220)	(2.542)	(2.202)
	(109.271)	(216.101)	(129.166)	(233.424)
	(48.170)	(182.652)	(48.596)	(191.704)

¹ a Aliança foi instada a pagar a CCEE, em 09/11/2021, o montante de R\$270.725, acrescido de atualização monetária de R\$132.698, correspondente a energia recebida do MRE relativa à garantia física da usina de Candonga desde sua paralisação, em 05.11.2015, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	59.629	44.315	18.567	16.785	78.196	61.100
Serviços de <i>backoffice</i>	247	273	-	-	-	-	247	273
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	101.307	96.425	54.905	52.497	156.212	148.922
Dividendos a receber (v)	34.723	7.305	-	-	-	-	34.723	7.305
Contas a pagar								
Serviços de O&M (iv)	-	-	-	-	947	780	947	780
Dividendos a pagar (v)	-	-	154.775	278.210	126.634	227.626	281.409	505.836
TUSD ¹ / TUST ² (iv)	-	-	-	-	4.076	295	4.076	295

Centrais Eólicas	Vale S.A.	Grupo Cemig	TOTAL
------------------	-----------	-------------	-------

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado								
Receita com venda de energia (i)	-	-	701.901	630.605	222.303	196.098	924.204	826.703
Receita com serviços de backoffice	936	848	-	-	-	-	936	848
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(49.699)	(47.594)	(49.699)	(47.594)
Custo com O&M (iv)	-	-	(30)	(26)	(5.653)	(5.132)	(5.683)	(5.158)
Compra de energia (ii)	-	-	(2.228)	(23.376)	-	-	(2.228)	(23.376)
Outras despesas	-	-	(1.955)	(727)	(9)	(27)	(1.964)	(754)
Recuperação de despesas (ii)	1.736	1.341	-	-	-	-	1.736	1.341

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Para mais detalhes sobre a política das transações com partes relacionadas veja nota nº 20 dos instrumentos financeiros.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$4.905, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$4.853 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	422.189	274.232	491.003	378.108
Aplicações financeiras	26.372	140.378	27.122	178.942
Contas a receber	119.567	105.166	132.527	119.406
Outros valores a receber	23.344	27.629	23.067	28.269
Dividendos a receber	34.723	7.305	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	156.212	148.922	156.212	148.922
	782.407	703.632	829.931	853.647

Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	52.995	57.943	76.001	69.538
Financiamentos e debêntures	844.692	604.523	1.033.480	801.657
Arrendamentos	4.069	4.195	18.462	17.411
Dividendos a pagar	281.409	505.836	281.409	505.836
Concessões a pagar	275.686	282.287	275.686	282.287
	1.458.850	1.454.784	1.685.037	1.676.729

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Concessões a pagar	275.686	288.974	335.595	323.314
Arrendamentos	4.069	4.069	4.195	4.195
Financiamentos e debêntures	844.692	844.692	604.523	604.523
	1.124.447	1.137.735	944.313	932.032

CONSOLIDADO

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Financiamentos e debêntures	1.033.480	1.025.482	801.654	817.493
Arrendamentos	18.462	18.462	17.441	17.441
Concessões a pagar	275.686	288.974	335.595	323.314
	1.327.628	1.332.918	1.154.690	1.158.248

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2022. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 12) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

- **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 7,20%, IPCA de 5,11% e o CDI acumulado será de 13,07% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

31/12/2022

	Valor Contábil	Cenário Base CDI 13,07%	Cenário I CDI 16,34%	Cenário II CDI 19,61%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	446.845	505.248	519.859	534.471
Ativo exposto	446.845	505.248	519.859	534.471
Efeito no resultado		58.403	73.014	87.626
31/12/2022				
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 5,11%	Cenário I IPCA 6,39%	Cenário II IPCA 7,67%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(844.692)	(887.856)	(898.668)	(909.480)
Passivo exposto	(844.692)	(887.856)	(898.668)	(909.480)
Efeito no resultado		(43.164)	(53.976)	(64.788)
Efeito líquido da variação do CDI e IPCA no resultado		15.239	19.039	22.838

b. CONSOLIDADO:

	Valor Contábil	Cenário Base CDI 13,09%	Cenário I CDI 16,36%	Cenário II CDI 19,64%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	530.106	599.391	616.725	634.060
Ativo exposto	530.106	599.391	616.725	634.060
Efeito no resultado		69.285	86.619	103.954
31/12/2022				
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 5,11%	Cenário I IPCA 6,39%	Cenário II IPCA 7,67%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(844.692)	(887.856)	(898.668)	(909.480)
Passivo exposto	(844.692)	(887.856)	(898.668)	(909.480)
Efeito no resultado		(43.164)	(53.976)	(64.788)
31/12/2022				
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 7,2%	Cenário I TJLP 9%	Cenário II TJLP 10,8%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(188.787)	(202.380)	(205.778)	(209.176)
Passivo exposto	(188.787)	(202.380)	(205.778)	(209.176)
Efeito no resultado		(13.593)	(16.991)	(20.389)
Efeito líquido da variação do CDI, IPCA e da TJLP no Resultado		39.714	49.634	59.555

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro 2022. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

• **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2022, a taxa IGP-M anualizada será de 3,21%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	31/12/2022			
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 3,21%	Cenário I IGP-M 4,01%	Cenário II IGP-M 4,82%
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO				
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	(275.686)	(284.536)	(286.741)	(288.974)
Passivo líquido exposto	(275.686)	(284.536)	(286.741)	(288.974)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(8.850)	(11.055)	(13.288)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	53.762	-	-	-	53.762
Financiamentos e debêntures	13.575	31.567	355.788	891.763	1.292.693
Arrendamentos	376	1.128	3.197	-	4.701
Dividendos a pagar	-	281.409	-	-	281.409
Concessões a pagar	31.051	91.868	484.305	642.887	1.250.111
	98.764	405.972	843.290	1.534.650	2.882.676
CONSOLIDADO					
	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total

Instrumentos financeiros à taxa de juros:
- Pós-Fixadas

Fornecedores	77.101	-	-	-	77.101
Financiamentos e debêntures	16.342	40.502	429.951	999.255	1.486.050
Arrendamentos	676	2.044	8.067	28.513	39.300
Dividendos a pagar	-	281.409	-	-	281.409
Concessões a pagar	31.051	91.868	484.305	642.887	1.250.111
	125.170	415.823	922.323	1.670.655	3.133.971

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31.12.2022, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 – Financiamentos e Debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	422.189	274.232	491.003	378.108
Aplicações financeiras	26.372	140.378	27.122	178.942
Contas a receber	119.567	105.166	132.527	119.406
Outros valores a receber de partes relacionadas	156.212	148.922	156.212	148.922
Total da exposição	724.340	668.698	806.864	825.378

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$2.508 (R\$1.293 em 31 de dezembro de 2021).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$719.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2023.

22 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes ao Projeto Eólico Santo Inácio, Gravier e Acauãs:

- a) A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$70.573.
- b) Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$10.452; Santo Inácio IV no valor de R\$7.929; Garrote no valor de R\$7.929; e São Raimundo no valor de R\$8.289.

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

MW médios					
	2023	2024	2025	2026	2027
Garantia Física	625,80	635,45	635,45	635,45	635,45
Garantia Física no CG	608,99	618,60	618,60	618,60	618,60
Contratos de Compra	98,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Venda	620,98	567,79	567,79	567,79	567,79
<i>Distribuidor</i>	<i>27,75%</i>	<i>30,35%</i>	<i>30,35%</i>	<i>30,35%</i>	<i>30,35%</i>
<i>Autoprodutor</i>	<i>62,36%</i>	<i>64,47%</i>	<i>64,47%</i>	<i>64,47%</i>	<i>64,47%</i>
<i>Gerador</i>	<i>7,51%</i>	<i>5,19%</i>	<i>5,19%</i>	<i>5,19%</i>	<i>5,19%</i>
<i>Comercializador</i>	<i>2,38%</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>	<i>0,00%</i>
<i>Total Contratado</i>	<i>101,97%</i>	<i>91,79%</i>	<i>91,79%</i>	<i>91,79%</i>	<i>91,79%</i>

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- Consideramos o retorno da operação comercial plena da UHE Risoleta Neves em 01 de maio de 2023;
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 23 de janeiro de 2023 para todo o horizonte;
- Os contratos de venda da Companhia reduzem a partir de janeiro de 2023 em função da operação de SWAP com os projetos das Centrais Eólicas Gravier e Acauã;
- Considera o Acordo Operativo da UHE Igarapava no qual a Aliança repassa 5,5% da Garantia Física para AngloGold; e
- Considera somente o Portfólio da Aliança.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de demandas judiciais (1)	5.274	15.802	5.274	15.802
Dividendos a receber (2)	27.418	584	-	-
	32.692	16.386	5.274	15.802

- 1) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas.
- 2) Valores a receber das Centrais Eólicas de Santo Inácio.

24 | Eventos subsequentes

a. APORTES EM CONTROLADAS

Até fevereiro de 2023 a Aliança realizou aportes para aumento de capital nas Centrais Eólicas Acauã I, II, III e Gravier, perfazendo os respectivos montantes de R\$19.925, R\$16.668, R\$1.739 e R\$2.001.

DIRETORIA

Cibele Soares Dias Dos Anjos
Diretora de Comercialização e de Engenharia

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0227122

Passo 3 - Digite a senha: Zr1Yx8WJ